



**EMPRESA NACIONAL DE FERRO DE ANGOLA –
EMPRESA PÚBLICA**



**RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES
E CONTAS DE 2018**

LUANDA, MARÇO DE 2019

PRINCÍPIOS E VALORES

Os atributos abaixo fazem parte dos valores que norteiam as acções e decisões tomadas pela Ferrangol-E.P., para cumprir com o seu objecto social:

Implantação de práticas empresariais baseadas nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva, dentro dos parâmetros da qualidade;

Desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a eficiência, através da utilização de práticas de gestão de referência;

Manter um relacionamento de abertura entre a empresa e comunidade, de modo a responder de forma imediata às exigências e desafios do ambiente externo;

Trabalhar em equipa de forma a criar sinergias capazes de assegurar a qualidade dos programas, projectos e actividades da Empresa;

Actuar e comportar-se de forma ética (honesta e transparente, com justiça e imparcialidade) em qualquer situação, tempo e lugar;

Agir com muita responsabilidade no tratamento das questões ambientais e sociais nas regiões de actuação da Empresa, respeitar e valorizar os colaboradores internos e externos.

BAIRRO TALATONA, RUA C, SECTOR B, QUARTEIRÃO 06, CASA Nº72
TELEFONE: 222 016085, FAX: 222 016086- LUANDA- ANGOLA



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E CONTAS 2018

**APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, na
sua 1ª Reunião Ordinária realizada em Luanda, aos 29
de Março de 2019.**

O Presidente do Conselho de Administração

João Diniz dos Santos

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	
Objecto Social	00
Missão	00
Visão	00
Modelo de gestão	00
Conselho de Administração	00
ESTRUTURA ORGÂNICA	00
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	01
2. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2018	02
2.1. RECURSOS HUMANOS	03
2.1.1 Quadro Geral de Funcionários	03
2.1.2 Benefícios Sociais	03
2.2 FINANÇAS	03
2.3 EMPRESA SUBSIDIÁRIA: FERRANGOL-P&P, S.A	04
2.4 EMPRESAS PARTICIPADAS	04
2.4.1 PROJECTO MINERO-SIDERÚRGICO DE KASSINGA	04
2.4.2 PROJECTO DE OURO DO CHIPINDO	04
2.4.3 PROJECTO DE OURO DO M'POPO	05
2.4.4 ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DO PROJECTO DE OURO DA CHIPINDO TIANDAI MINING	05
2.4.5 GEOANGOL, S.A	05
2.4.6 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS, ELEMENTOS DE TERRAS RARAS E METAIS RAROS E METAIS PRECIOSOS DE LONGONJO	06
2.4.7 PROJECTO MINERO-SIDERÚRGICO DO CUTATO-CUCHI	06
2.4.8 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE FERRO DE CERCA	07
2.4.9 ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DO PROJECTO GANDAVIRA-SAMBOTO	07
2.4.10 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE BUCO-ZAU	08
2.4.11 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE BELIZE	08
2.4.12 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DA CABINVEST	08
2.4.13 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE FERRO DE OURO DE CHICUAMONE	08
2.4.14 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE CHIBUMBULA	09
2.4.15 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DO CAGE	09
2.4.16 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE LOMBIGE	09
2.4.17 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO BOM JARDIM	09
2.4.18 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE CAMBULO	09
FERRANGOL (PRINCIPAIS PROJECTOS)	10
3. PERSPECTIVAS	11
ANEXOS	

APRESENTAÇÃO

A FERRANGOL é uma empresa mineira estatal de âmbito nacional criada pelo Decreto N.º 44/81 de 4 de Maio, enquanto Unidade Económica Estatal, tendo sido transformada em Empresa Pública, à luz do Decreto N.º 102/05 de 16 de Novembro, adoptando a designação de FERRANGOL – E.P.

Objecto Social

De acordo com estatuto orgânico da FERRANGOL-E.P., o seu **Objecto Social** é o seguinte:

- O exercício de direitos mineiros de reconhecimento, prospecção, pesquisa, avaliação, exploração, transformação e comercialização de metais nobres, metais ferrosos, metais não-ferrosos, outros minerais que constituem matéria-prima para a produção de aço.
- Exerce a função de Concessionária Nacional para o ouro;
- Pode participar em projectos relacionados com outros recursos minerais, para além dos acima discriminados;
- Pode desenvolver actividades complementares e subsidiárias que se afigurem necessárias a uma melhor prossecução do seu objecto principal e, a este título, exercer quaisquer actividades industriais conexas, comerciais ou de prestação de serviços.

Missão

Desempenhar um papel preponderante no relançamento e diversificação da actividade mineira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Angola.

Visão

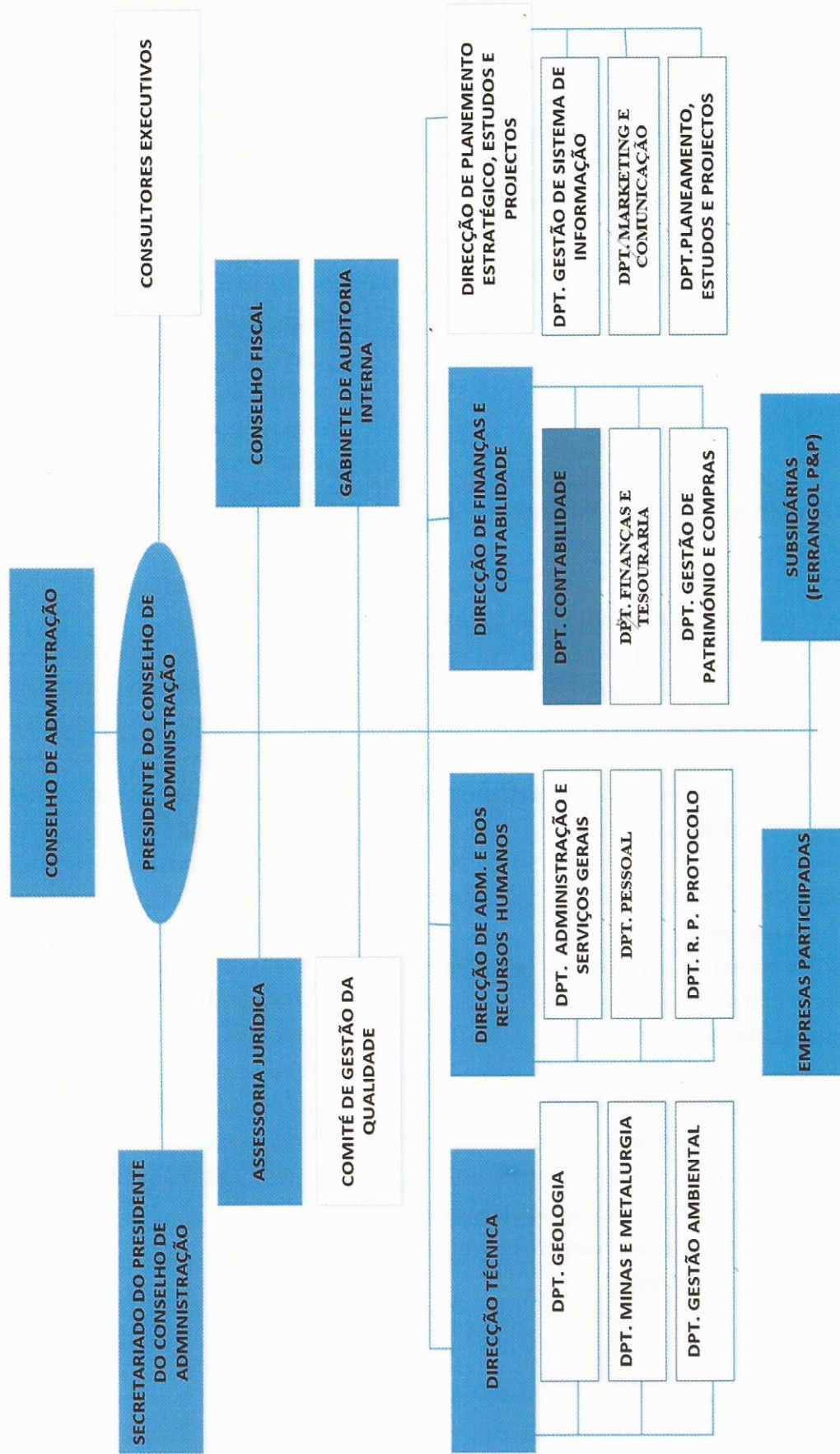
Estabelecer-se como uma empresa líder na prospecção, pesquisa, avaliação, exploração, transformação e comercialização de metais nobres, metais ferrosos, metais não-ferrosos, outros minerais que constituem matéria-prima para a produção de aço.

Modelo de Gestão

A existência de uma estrutura organizacional simplificada facilita a comunicação entre os diversos níveis, possibilitando a agilidade na tomada de decisões e o compromisso de todos os funcionários com uma cultura de excelência empresarial, disseminada através dos seus valores.

A FERRANGOL-E.P. é gerida por um Conselho de Administração nomeado através do Decreto Presidencial N.º 270/17, de 06 de Novembro, que é composto por 5 (cinco) administradores, dos quais um é o Presidente, e os outros 4 (quatro) responsáveis por um pelouro específico da estrutura orgânica da empresa, que a seguir se apresenta:

ESTRUTURA ORGÂNICA



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento faz a retrospectiva do trajecto percorrido pela FERRANGOL E.P., durante o exercício económico 2018, no que diz respeito às suas actividades e contas.

O documento apresentado é constituído por duas partes: a primeira descreve as actividades de carácter técnico e administrativo, realizadas pela FERRANGOL-E.P., sua subsidiária e empresas participadas, enquanto a segunda apresenta as demonstrações financeiras da empresa referentes ao exercício 2018.

Durante o ano transacto, a FERRANGOL desenvolveu diversas actividades estabelecidas no âmbito do seu Plano Estratégico e de Negócios com o objectivo de estruturar novos negócios, enquadrados no seu objecto social, tendo em atenção a diversificação da actividade mineira em Angola.

Neste particular, foram realizadas negociações conducentes à atracção de investimentos necessários para a implementação de projectos de investigação geológico-mineira, incluindo aqueles que já reúnem as condições técnicas para o início da actividade produtiva.

Não obstante o interesse manifestado por vários investidores, poucos foram os casos que resultaram na estruturação efectiva de projectos e início das operações preconizadas no âmbito dos contratos de investimento mineiro aprovados.

Os potenciais investidores foram, constantemente confrontados com a necessidade da garantia da capacidade de financiamento, sobretudo para a implementação da fase reservada à prospecção, pelo que, nem sempre as negociações para a consolidação dos

pressupostos fundamentais, com vista à estruturação de projectos, resultaram na outorga dos direitos mineiros pretendidos.

A procura de minério de ferro para a produção de matéria-prima para o sector cimenteiro do país, também constituiu um novo segmento de negócio bastante atractivo, em que, os requerentes mostraram-se muito interessados, abrindo caminho para oportunidades de desenvolvimento de outros projectos, no subsector dos metais ferrosos.

Depois de um processo aturado de criação de condições materiais e administrativas, foram licenciados, os seguintes projectos auríferos, localizados na Província de Cabinda, visando desenvolver a actividade de prospecção:

- LOMBE MINING, LDA;
- MONGO MONGO-MINERAÇÃO, LDA.

Fruto de um contrato assinado entre a Ferrangol e a empresa Portandum, foram exportadas 72.802 toneladas de concentrado de ferro. Este produto é remanescente da produção do tempo colonial e encontrava-se empilhado no Terminal Mineraleiro do Sacomar, Namibe.

No âmbito da implementação do Decreto Presidencial N.º 220/15, de 16 de Dezembro, diversas acções foram desenvolvidas no sentido de angariar os financiamentos necessários, nomeadamente negociações com Ministério das Finanças, Grupo SMS da Alemanha, Tosyali Holding Group da Turquia, a GFG da Grã Bretânia e a Toyota Motors do Japão.

Os Contratos de Investimento Mineiro dos projectos de prospecção de ouro de Chibumbula, Gandavira - Samboto, Niobonga, Tiandai Mining, Tando Caio e

Bom Jardim, foram homologados pelo MIREMPET.

As actividades prospectivas de projectos auríferos revelaram a existência de recursos minerais, cuja dimensão permitiu a avaliação económica de parte dos depósitos em estudo, tendo sido aprovados, superiormente, os Estudos de Viabilidade Económica, Técnica e Financeira para o início da produção das sociedades:

- LAFECH, LDA (Província da Huíla);
- SOCIEDADE MINERADORA LUFO, LDA (Província de Cabinda).

O projecto de ouro da MINERAÇÃO BUCO-ZAU, LDA obteve a licença de exploração, tendo já entregue ao Ministério do Ambiente o Estudo de Impacte Ambiental e aguarda pela Licença Ambiental.

O projecto de ouro de M'Popo encontra-se em reestruturação, no âmbito do processo de extinção da SOMEPA, por força do Decreto Executivo nº 243/18, de 13 de Junho de 2018.

No âmbito da descoberta de novas áreas para a implementação de projectos auríferos, iniciou-se um trabalho de constatação in loco de ocorrências localizadas em Chibumbugile, na Província do Cunene.

No quadro do trabalho de campo do Ministro dos Recursos Minerais e Petróleos à Província de Cabinda, foram apresentados, às autoridades locais, os projectos de ouro em curso naquela parcela do país, nomeadamente, da MINERAÇÃO BUCO-ZAU, da SOCIEDADE MINERADORA LUFO, da CABINVEST, da LOMBE MINING, da MONGO MONGO-MINERAÇÃO e da DOCO MINING, salientando os avanços realizados, dentro da programação dos respectivos Planos de Prospekção, e a situação

daqueles que ainda requerem a mobilização dos investimentos

Findo o período em análise, vários projectos participados pela FERRANGOL registaram significativos avanços, apresentados no Capítulo 2 (Actividades Realizadas em 2018) que se segue, enfatizando a situação real dos mesmos projectos.

2. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2018.

Foram envidados esforços para atrair os investimentos destinados ao desenvolvimento dos projectos de ferro, de manganês e de ouro, decorrentes da autonomização dos anteriores projectos de Kassinga e de Kassala-Kitungo, uma vez que os mesmos projectos foram aprovados em 2017, tendo sido outorgados, para o efeito, os respectivos títulos de prospecção à FERRANGOL. Neste particular foram criadas as sociedades MN-KITOTA e LNPG-EXPLORAÇÃO MINEIRA para os projectos de manganês e de ouro, respectivamente, onde foram estabelecidas as estruturas accionistas necessárias, com a garantia de financiamento para os seus programas de prospecção.

Foram constituídos os novos projectos de CHIBUMBULA, GANDAVIRA-SAMBOTO, TANDO CAIO, BOM JARDIM para a prospecção de ouro, LILIENGUE para o cobre e de MAMUÉ para as terras raras.

Fez-se a reestruturação do projecto de nióbio de Quilengues, com a criação da sociedade NIOBONGA, LDA, destinada a dar continuidade à implementação do programa de prospecção, iniciado em 2011 pela empresa DORIOURO.

Por outro lado, realizaram-se trabalhos continuados de acompanhamento, constatação

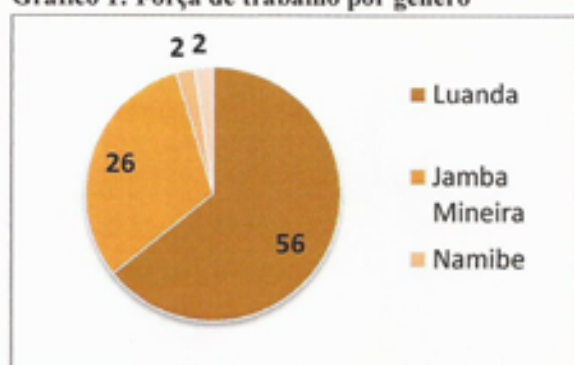
e verificação das actividades previstas no quadro dos planos aprovados para os projectos LOMBE MINING, MINERAÇÃO BUCO-ZAU, SOCIEDADE MINERADORA LUFO e TIANDAI MINING para o início das operações de produção.

2.1 RECURSOS HUMANOS

2.1.1 Quadro Geral de funcionários

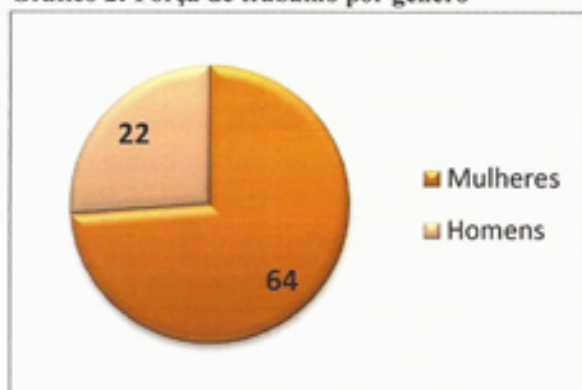
Ao longo do período em análise a força de trabalho da empresa caracterizou-se por pequenas variações, sendo que em 2018 a empresa contou com um quadro funcional de 86 (Oitenta e seis) trabalhadores, distribuídos entre Luanda, Jamba Mineira, Namíbe, e Kassala-Kitungo, conforme representado no gráfico abaixo representado:

Gráfico 1: Força de trabalho por género



Quanto ao género, a força de trabalho da empresa estava representada por 64 (Sessenta e quatro) homens e 22 (vinte e duas) mulheres (ver gráfico 2).

Gráfico 2: Força de trabalho por género



Em termos de qualificação: 23 (vinte e três) técnicos de nível superior, 17 (desassete) técnicos de nível médio e 46 (quarenta e seis) de nível básico.

2.2.2 Benefícios Sociais

Em termos de benefícios sociais, foram retomados os seguros de saúde dos trabalhadores.

2.2 FINANÇAS

O período em análise foi caracterizado ainda pela dependência da empresa aos financiamentos provenientes das dotações do Estado, através do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado-IGAPE, num total de AKZ 184,437,734.00 (Cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e setecentos e trinta e quatro Kwanzas), que foram totalmente utilizados na cobertura de parte dos custos com o pessoal. Além destes, a empresa beneficiou de outros proveitos num total de AKZ 501,230,810.00 (Quinhentos e um milhões, duzentos e trinta mil e oitocentos e dez Kwanzas), provenientes de diversas fontes que serviram para complementar a cobertura dos custos com o pessoal, obrigações fiscais, deslocações e estadias e despesas correntes.

No que diz respeito as demonstrações financeiras, é de salientar que, os resultados operacionais do exercício foram de AKZ 210,529,318.00 (Duzentos e dez milhões, quinhentos e vinte e nove mil e trezentos e dezoito Kwanzas) e o resultado líquido do exercício foi negativo no valor de AKZ 238,093,933,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, noventa e três mil e novecentos e trinta e três Kwanzas), para mais detalhes, consulte o Relatório de Contas, anexo ao presente.

2.3 EMPRESA SUBSIDIÁRIA - FERRANGOL P&P, S.A

Durante o período em análise, a FERRANGOL - P&P realizou as seguintes actividades:

- Acompanhamento técnico e operacional do Projecto de exploração de Ouro de Chipindo;
- Visitas à concessão mineira do projecto da TIANDAI MINING, no âmbito do desenvolvimento do referido projecto de ouro na Província do Bengo;
- Participação de encontro com vista à operacionalização do projecto de Nióbio de Quilengues;
- Participação da elaboração programa de trabalho com vista à operacionalização do projecto de prospecção de Ouro do Gandavira - Samboto;
- Visita a empresa sul-africana AMOREF, no âmbito da implementação do projecto de exploração de Ouro do Chipindo;
- Coordenação dos trabalhos de recolha e transporte de amostras e testemunhos de sondagem do projecto de ouro do M'Popo, desta localidade para Jamba Mineira.

2.4 EMPRESAS PARTICIPADAS

2.4.1 PROJECTO MINERO - SIDERÚRGICO DE KASSINGA

- Liquidação da AEMR;
- Conclusão da transladação dos equipamentos do Projecto, provenientes do exterior, para a Jamba Mineira;
- Actualização do Estudo de Viabilidade para o arranque do Objectivo I, que prevê a produção de 1,8 Mta, entregue ao Ministério das Finanças, visando a obtenção de financiamento;

- Viagens ao exterior do País, visando a captação de recursos financeiros para a implementação do projecto;
- Negociação do TERM SHEET para financiamento do Projecto com os seguintes grupos: SMS da Alemanha, GFG do Reino Unido e Tosyali Holding Group da Turquia.

2.4.2 PROJECTO DE OURO DO CHIPINDO

No período em análise, a LAFECH, LDA, empresa constituída para implementar o projecto de ouro do Chipindo, desenvolveu as seguintes actividades:

- Gestão e manutenção do acampamento e do património da empresa no Chipindo;



Foto 1: Planta de tratamento de minério de ouro do Chipindo

- Atualização dos planos e cronograma de execução dos trabalhos de desenvolvimento mineiro, tendo em vista o início da fase de extracção de ouro;
- Trabalhos de acompanhamento do processo de fabricação do equipamento de beneficiamento mineral;
- Atualização e revisão do banco de dados, bem como a execução de novos levantamentos nas áreas a serem abordadas com trabalhos de extração;
- Execução dos trabalhos de desenvolvimento mineiro, tais como abertura de acessos, construção de

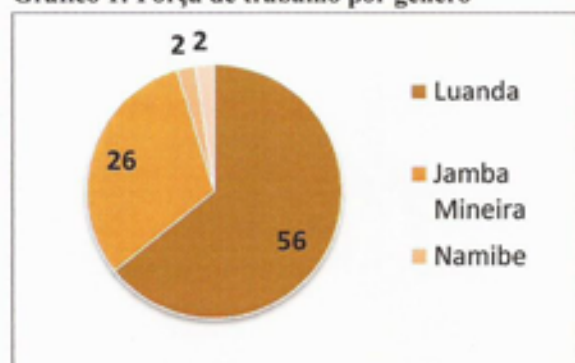
e verificação das actividades previstas no quadro dos planos aprovados para os projectos LOMBE MINING, MINERAÇÃO BUCO-ZAU, SOCIEDADE MINERADORA LUFO e TIANDAI MINING para o início das operações de produção.

2.1 RECURSOS HUMANOS

2.1.1 Quadro Geral de funcionários

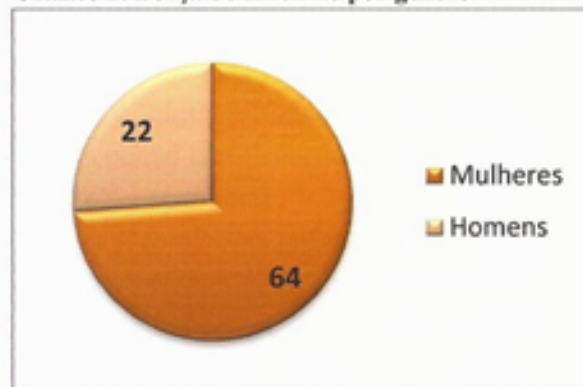
Ao longo do período em análise a força de trabalho da empresa caracterizou-se por pequenas variações, sendo que em 2018 a empresa contou com um quadro funcional de 86 (Oitenta e seis) trabalhadores, distribuídos entre Luanda, Jamba Mineira, Namíbe, e Kassala-Kitungo, conforme representado no gráfico abaixo representado:

Gráfico 1: Força de trabalho por género



Quanto ao género, a força de trabalho da empresa estava representada por 64 (Sessenta e quatro) homens e 22 (vinte e duas) mulheres (ver gráfico 2).

Gráfico 2: Força de trabalho por género



Em termos de qualificação: 23 (vinte e três) técnicos de nível superior, 17 (desassete) técnicos de nível médio e 46 (quarenta e seis) de nível básico.

2.2.2 Benefícios Sociais

Em termos de benefícios sociais, foram retomados os seguros de saúde dos trabalhadores.

2.2 FINANÇAS

O período em análise foi caracterizado ainda pela dependência da empresa aos financiamentos provenientes das dotações do Estado, através do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado-IGAPE, num total de AKZ 184,437,734.00 (Cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e setecentos e trinta e quatro Kwanzas), que foram totalmente utilizados na cobertura de parte dos custos com o pessoal. Além destes, a empresa beneficiou de outros proveitos num total de AKZ 501,230,810.00 (Quinhentos e um milhões, duzentos e trinta mil e oitocentos e dez Kwanzas), provenientes de diversas fontes que serviram para complementar a cobertura dos custos com o pessoal, obrigações fiscais, deslocações e estadias e despesas correntes.

No que diz respeito as demonstrações financeiras, é de salientar que, os resultados operacionais do exercício foram de AKZ 210,529,318.00 (Duzentos e dez milhões, quinhentos e vinte e nove mil e trezentos e dezoito Kwanzas) e o resultado líquido do exercício foi negativo no valor de AKZ 238,093,933,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, noventa e três mil e novecentos e trinta e três Kwanzas), para mais detalhes, consulte o Relatório de Contas, anexo ao presente.

barragens de rejeitos, construção de infraestruturas de obras civis para o assentamento da planta de beneficiamento mineral, pontes e outros equipamentos essenciais;

- Início das operações de lavra, visando a geração de *stockpile* (stock de minério) necessário para as actividades de tratamento e beneficiamento mineral;
- Coordenação da operação de transporte de equipamentos para as actividades de extracção no projecto;
- Viagem de trabalho à África do Sul, com objectivo de acompanhar o processo final de fabricação da planta de beneficiamento mineral;
- Montagem da planta de beneficiamento mineral.

2.4.3 PROJECTO DE OURO DO M'POPO

Por falta de cumprimento dos compromissos assumidos no Contrato de Investimento Mineiro, a SOMEPA, LDA, perdeu os direitos mineiros sobre o projecto de prospecção de ouro do M'Popo e foi recomendada a sua extinção, estando neste momento, a mesma, em processo de liquidação. Para a implementação do projecto, em sua substituição, foi constituída uma nova sociedade denominada M'POPO GOLD, cujos partícipes são a FERRANGOL P&P e a empresa METALLIS, SA, estando em curso o processo de mobilização do investimento necessário para início da actividade produtiva.

2.4.4 ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DO PROJECTO TIANDAI MINING

A Associação em referência é um consórcio constituído pelas empresas, TIANDAI MINAS, LDA, FERRANGOL-P&P e a ACTUS, LDA, para desenvolvimento do projecto de prospecção de ouro, na localidade

de GOMBE, Município de Nambuangongo, Província do Bengo, licenciado pelo Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, através do Título de Prospecção n.º 007/05/04//T.P/ANG-MIREMPET/2018. No período em referência, foram desenvolvidas as seguintes actividades no projecto:

- Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira;
- Elaboração do Estudo de Impacte Ambiental e Plano de Exploração;
- Execução dos trabalhos de sondagem eléctrica, rotativa diamantada e outros, visando o aumento dos recursos e reservas existentes;
- Expedição de amostras para laboratórios da República Popular da China, com o intuito de serem analisadas;
- Recrutamento de mão-de-obra local;
- Execução de trabalhos de apetrechamento da base de vida, bem como de outros locais em que ocorrem as actividades de campo.

2.4.5 GEOANGOL, S.A

Durante o período em análise, a GEOANGOL, empresa vocacionada aos estudos, laboratoriais, sondagens mineiras e formação, realizou as seguintes actividades:

- Preparação física de amostras de minério de ferro para o IGEO e diversos clientes, num total de 1222 amostras;
- Análises químicas de 673 amostras;
- Preparação de documentação respeitante a Gestão de Qualidade, normas e procedimentos para o Laboratório;
- Aplicação da documentação para Acreditação do laboratório.
- Testes de proficiência no âmbito da acreditação;
- Aquisição de consumíveis;
- Formação *on the Job* de 14 técnicos laboratoriais para o IGEO, no âmbito do contrato celebrado em 2017.

Gestão de Qualidade e Acreditação: foi realizada a auditoria externa pelo Corpo da SADCAS entre 8 e 12 Outubro de 2018, que recomendou a instituição e a acreditação de 3 dos 4 serviços analíticos após o encerramento de 23 não conformidades identificadas no decurso do processo de avaliação.

No que tange aos benefícios sociais a empresa restabeleceu os seguros de saúde dos seus trabalhadores.

2.4.6 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS, ELEMENTOS DE TERRAS RARAS E METAIS RAROS E METAIS PRECIOSOS DE LONGONJO

O Projecto de Prospeção de metais não ferrosos, elementos de terras raras, metais preciosos implementado pela Ozango Minerais S.A., com parceria da FERRANGOL-P&P, prosseguiu as actividades prospectivas focadas no Projecto Longonjo, no âmbito do estudo dos depósitos dos metais raros já descobertos, nomeadamente, o neodímio e o praseodímio, destacando as seguintes realizações:

- Mapeamento geológico do Carbonatito de Longonjo, com o auxílio de um consultor especializado na matéria;
- Pesquisa das rochas carbonatíticas de Longonjo;
- Treinamento *on the job* em geologia de carbonatitos e recolha de amostras de perfuração;
- Levantamento de linhas na malha 20x100 metros, através do carbonatito;
- Conclusão do levantamento por satélite;
- Conclusão de um levantamento geofísico de Radar de Penetração de Solo (GPR) para mapear áreas de intemperismo de profundidade;

- Início do Programa de perfuração de circulação reversa (RC), tendo sido abertos 24 furos, dos 100 previstos, com um total de 1.145 metros.

2.4.7 PROJECTO MINERO - SIDERÚRGICO DO CUTATO-CUCHI

O Projecto Minero-Siderúrgico de Cutato - Cuchi, cuja finalidade é a Produção de Ferro-Gusa, na Província do Cuando Cubango, autorizado através do Decreto Presidencial N.º 81/15, de 20 de Abril, com a parceria da FERRANGOL, desenvolveu as seguintes actividades:

- 1) Negociação de linhas de créditos para a dar continuidade a implementação do projecto, tendo para o efeito:
 - Obtida aprovação da Garantia Soberana pelo Chefe de Estado angolano;
 - Conseguído a assinatura do mandato do BDA x SIMEC;
 - Recebida visita do VTB e da SIMEC às infraestruturas do projecto;
 - Efectuadas reuniões entre BDA, VTB, SIMEC e CSC em Moscovo.
- 2) Continuidade da construção das bases em betão armado, para a instalação do complexo siderúrgico;



Foto 2: Montagem da infraestrutura do alto-forno

- 3) Continuidade a montagem dos equipamentos do complexo siderúrgico;

barragens de rejeitos, construção de infraestruturas de obras civis para o assentamento da planta de beneficiamento mineral, pontes e outros equipamentos essenciais;

- Início das operações de lavra, visando a geração de *stockpile* (stock de minério) necessário para as actividades de tratamento e beneficiamento mineral;
- Coordenação da operação de transporte de equipamentos para as actividades de extracção no projecto;
- Viagem de trabalho à Africa do Sul, com objectivo de acompanhar o processo final de fabricação da planta de beneficiamento mineral;
- Montagem da planta de beneficiamento mineral.

2.4.3 PROJECTO DE OURO DO M'POPO

Por falta de cumprimento dos compromissos assumidos no Contrato de Investimento Mineiro, a SOMEPA, LDA, perdeu os direitos mineiros sobre o projecto de prospecção de ouro do M'Popo e foi recomendada a sua extinção, estando neste momento, a mesma, em processo de liquidação. Para a implementação do projecto, em sua substituição, foi constituída uma nova sociedade denominada M'POPO GOLD, cujos partícipes são a FERRANGOL P&P e a empresa METALLIS, SA, estando em curso o processo de mobilização do investimento necessário para início da actividade produtiva.

2.4.4 ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DO PROJECTO TIANDAI MINING

A Associação em referência é um consórcio constituído pelas empresas, TIANDAI MINAS, LDA, FERRANGOL-P&P e a ACTUS, LDA, para desenvolvimento do projecto de prospecção de ouro, na localidade

de GOMBE, Município de Nambuangongo, Província do Bengo, licenciado pelo Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, através do Título de Prospecção n.º 007/05/04//T.P/ANG-MIREMPET/2018. No período em referência, foram desenvolvidas as seguintes actividades no projecto:

- Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira;
- Elaboração do Estudo de Impacte Ambiental e Plano de Exploração;
- Execução dos trabalhos de sondagem eléctrica, rotativa diamantada e outros, visando o aumento dos recursos e reservas existentes;
- Expedição de amostras para laboratórios da República Popular da China, com o intuito de serem analisadas;
- Recrutamento de mão-de-obra local;
- Execução de trabalhos de apetrechamento da base de vida, bem como de outros locais em que ocorrem as actividades de campo.

2.4.5 GEOANGOL, S.A

Durante o período em análise, a GEOANGOL, empresa vocacionada aos estudos, laboratoriais, sondagens mineiras e formação, realizou as seguintes actividades:

- Preparação física de amostras de minério de ferro para o IGEO e diversos clientes, num total de 1222 amostras;
- Análises químicas de 673 amostras;
- Preparação de documentação respeitante a Gestão de Qualidade, normas e procedimentos para o Laboratório;
- Aplicação da documentação para Acreditação do laboratório.
- Testes de proficiência no âmbito da acreditação;
- Aquisição de consumíveis;
- Formação *on the Job* de 14 técnicos laboratoriais para o IGEO, no âmbito do contrato celebrado em 2017.

- Início dos trabalhos de amostragem de solo, de rocha e de grande volume com o objectivo de avaliar depósitos eluvio-coluvio-aluvionares potenciais;
- Trabalhos de sensibilização junto das comunidades locais, de modo a desincentivar as recorrentes práticas de garimpo ao longo da concessão mineira.

2.5.8 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE BUCO-ZAU

O projecto, cuja implementação está a cargo da Sociedade Mineração Buco-Zau, encontra-se situado no Município com o mesmo nome, na Província de Cabinda, efectuou trabalhos preparatórios para o início da produção e actividades de prospecção para a descoberta de novas áreas de aluvião, tendo desenvolvido as seguintes acções:

- Preparação do estaleiro para apoio as futuras actividades de exploração mineira;
- Aquisição de uma unidade de tratamento de minério aluvionar;
- Prospecção para busca de novas áreas de depósitos aluvionares para o incremento dos recursos minerais.

2.4.10 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE BELIZE

O projecto, cuja implementação encontra-se a cargo da Sociedade Mineradora Lufo, situa-se no Município de Belize, na Província de Cabinda, efectuou trabalhos de prospecção para a descoberta de novas áreas de aluvião confinadas na bacia do Rio Lombe e Rio Chiloango e afluentes da sua margem direita a jusante, para agregarem valor ao potencial aluvionar da área, para exploração futura em regime de partilha de produção ou não. Além destas, desenvolveu as seguintes acções:

- Preparação do início da actividade de exploração dos depósitos aluvionares, em

regime de partilha de produção, com outros operadores;

- Negociações com investidores, avaliação de ocorrências de manganês para a desanexação da referida área, com vista ao desenvolvimento de um projecto separado deste minério.

2.4.11 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DA CABINVEST

Fez-se a apresentação do programa de trabalho para a prospecção de ouro, no âmbito do projecto da CABINVEST, para a identificação de áreas de interesse geológico. E, para tal, foi apresentado o relatório dos trabalhos de sensoramento remoto e estudos geológicos, assim como, o plano de actividades para 2019.

2.4.12 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE CHICUAMONE

É um projecto de prospecção de ouro, localizado no Município do Chipindo, Província da Huíla. Foi remetido ao MIREMPET o Contrato de Investimento Mineiro para aprovação, com vista à outorga do Título de Prospecção.

2.4.13 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE CHIBUMBULA

Projecto de prospecção de ouro, localizado no Município do Chipindo, Província da Huíla.

As acções realizadas circunscrevem-se nos preparativos para o início da prospecção.

2.4.15 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE LOMBIGE

Projecto de prospecção de ouro, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 220/15, de 21 de Dezembro, desenvolveu as seguintes acções:



Foto 3: Vista frontal do silo de carvão

- 4) Continuação da construção das instalações para os equipamentos siderúrgicos;
- 5) Continuidade da construção de fornos para a produção de carvão vegetal;



Foto 4: Montagem da chaminé do alto-forno

- 6) Continuação do processo de importação dos equipamentos siderúrgicos;
- 7) Continuação da construção do complexo habitacional;
- 8) Trabalhos de construção civil para a conclusão da montagem do primeiro forno para a produção do ferro gusa.



Foto 5: Construção de infraestruturas

2.4.8 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE FERRO DE CERCA

O projecto aprovado através do Decreto Presidencial N.º 82/15, de 20 de Abril, com a finalidade de efectuar o reconhecimento, prospecção, pesquisa e avaliação de minério de Ferro de Cerca, Província do Cuanza Norte, no âmbito do qual foi constituída uma sociedade denominada CFIA, Lda, com a participação da FERRANGOL - P&P, desenvolveu as seguintes acções:

- Levantamento geológico local, com estudo da mineralização;
- Assinatura do Acordo Parassocial.

2.4.9 ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DO PROJECTO GANDAVIRA -SAMBOTO

A Associação em referência é um consórcio constituído pelas empresas SOLANDE, LDA, FERRANGOL-P&P e a MJP, para desenvolvimento de um projecto de prospecção de ouro nas localidades de Gandavira e Samboto, Município de Tchicala-Tcholoanga, Província do Huambo, licenciado pelo Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, através do Título de Prospecção n.º 009/05/06//T.P/ANG-MIREMPET/2018. Neste projecto foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Trabalhos de preparação do terreno com vista à construção do acampamento e das infraestruturas básicas de apoio e de acomodação;
- Preparação e reparação das vias de acesso com a utilização de equipamentos de terraplanagem;
- Recrutamento de mão-de-obra local;
- Execução dos trabalhos de levantamento geológico regional de semi-detalhe, tendo já sido determinados alguns alvos preferenciais e que serão objecto de detalhamento;

- Início dos trabalhos de amostragem de solo, de rocha e de grande volume com o objectivo de avaliar depósitos eluvio-coluvio-aluvionares potenciais;
- Trabalhos de sensibilização junto das comunidades locais, de modo a desincentivar as recorrentes práticas de garimpo ao longo da concessão mineira.

2.5.8 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE BUCO-ZAU

O projecto, cuja implementação está a cargo da Sociedade Mineração Buco-Zau, encontra-se situado no Município com o mesmo nome, na Província de Cabinda, efectuou trabalhos preparatórios para o início da produção e actividades de prospecção para a descoberta de novas áreas de aluvião, tendo desenvolvido as seguintes acções:

- Preparação do estaleiro para apoio as futuras actividades de exploração mineira;
- Aquisição de uma unidade de tratamento de minério aluvionar;
- Prospecção para busca de novas áreas de depósitos aluvionares para o incremento dos recursos minerais.

2.4.10 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE BELIZE

O projecto, cuja implementação encontra-se a cargo da Sociedade Mineradora Lufo, situa-se no Município de Belize, na Província de Cabinda, efectuou trabalhos de prospecção para a descoberta de novas áreas de aluvião confinadas na bacia do Rio Lombe e Rio Chiloango e afluentes da sua margem direita a jusante, para agregarem valor ao potencial aluvionar da área, para exploração futura em regime de partilha de produção ou não. Além destas, desenvolveu as seguintes acções:

- Preparação do início da actividade de exploração dos depósitos aluvionares, em

regime de partilha de produção, com outros operadores;

- Negociações com investidores, avaliação de ocorrências de manganês para a desanexação da referida área, com vista ao desenvolvimento de um projecto separado deste minério.

2.4.11 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DA CABINVEST

Fez-se a apresentação do programa de trabalho para a prospecção de ouro, no âmbito do projecto da CABINVEST, para a identificação de áreas de interesse geológico. E, para tal, foi apresentado o relatório dos trabalhos de sensoramento remoto e estudos geológicos, assim como, o plano de actividades para 2019.

2.4.12 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE CHICUAMONE

É um projecto de prospecção de ouro, localizado no Município do Chipindo, Província da Huíla. Foi remetido ao MIREMPET o Contrato de Investimento Mineiro para aprovação, com vista à outorga do Título de Prospecção.

2.4.13 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE CHIBUMBULA

Projecto de prospecção de ouro, localizado no Município do Chipindo, Província da Huíla.

As acções realizadas circunscrevem-se nos preparativos para o início da prospecção.

2.4.15 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO DE LOMBIGE

Projecto de prospecção de ouro, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 220/15, de 21 de Dezembro, desenvolveu as seguintes acções:

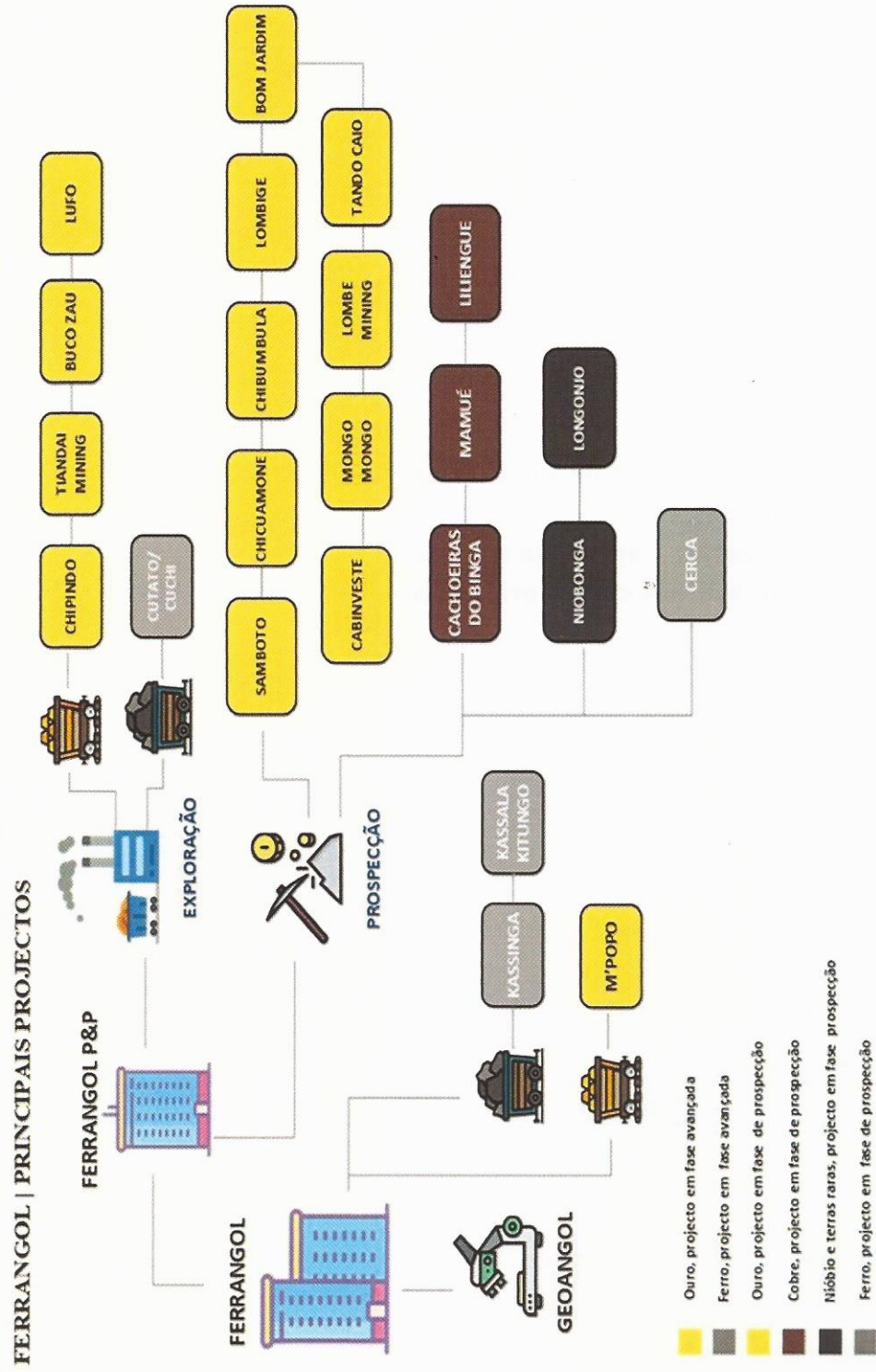
- Negociações para constituição da parceria para a implementação do projecto;
- Negociações dos termos do Contrato de Investimento Mineiro.

2.4.14 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO BOM JARDIM

Projecto de prospecção de ouro, localizado no Município dos Dembos, Província do Bengo. As acções realizadas circunscrevem-se nos preparativos para o início da prospecção.

Nota: Para a visualização de uma forma geral, dos projectos em que a Ferrangol detém participação, apresenta-se, na página seguinte, a árvore com os principais projectos.

PRINCIPAIS PROJECTOS



- Negociações para constituição da parceria para a implementação do projecto;
- Negociações dos termos do Contrato de Investimento Mineiro.

2.4.14 PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE OURO BOM JARDIM

Projecto de prospecção de ouro, localizado no Município dos Dembos, Província do Bengo. As acções realizadas circunscrevem-se nos preparativos para o início da prospecção.

Nota: Para a visualização de uma forma geral, dos projectos em que a Ferrangol detém participação, apresenta-se, na página seguinte, a árvore com os principais projectos.

3. PERSPECTIVAS

1. Dado o desenvolvimento das actividades ocorridas durante o ano em análise, teremos, seguramente, a oportunidade de desfrutar de condições objectivas para ensaiar a transição para a fase produtiva de alguns projectos, ainda em 2019, augurando a materialização do processo de valorização dos minerais metálicos a serem extraídos.

2. No universo dos projectos com maior grau de implementação dos respectivos programas de actividades, destacam-se aqueles que já poderão enriquecer o próximo exercício económico com o início da produção nos seguintes casos:

- Projecto de ouro de CHIPINDO, no 1.º semestre de 2019;
- Projecto de ouro da SOCIEDADE MINERAÇÃO BUCO ZAU, no 2.º semestre de 2019;
- TIANDAI MINING, no 2.º semestre de 2019.

3. Após a aprovação do Estudo de Impacte Ambiental, remetido superiormente, para o projecto da MINERAÇÃO BUCO-ZAU, a exploração das reservas secundárias será licenciada, formalizando mais um projecto de extracção de ouro.

4. Os esforços envidados nos projectos de metais ferrosos de KASSINGA e CUTATO -CUCHI, encontram-se em fase de mobilização de recursos financeiros indispensáveis ao arranque da actividade produtiva, pelo que, tão logo sejam concluídas as negociações devidas, os mesmos projectos poderão iniciar a implementação dos planos de produção de ferro e de ferro-gusa, respectivamente.

5. Com os projectos remetidos superiormente para aprovação, espera-se que sejam outorgados os títulos de prospecção para o início dos trabalhos nos seguintes casos:

- Projecto de metais ferrosos e não ferrosos de MUNENGA;
- Projecto de ouro de CHICUAMONE.

6. Serão envidados esforços para a adequação jurídica dos projectos de manganês de KITOTA e de ouro de LOMBIGE para o início das actividades de prospecção.

7. Será promovida a implementação do Projecto Minero-Siderúrgico de KASSALA-KITUNGO, na perspectiva de retomar as actividades deste projecto já licenciado.

8. O projecto de ouro de M'POPO deverá merecer uma atenção particular, tendo em vista a aquisição dos investimentos necessários para a retomada das suas actividades com o início da exploração.

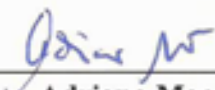
ANEXOS

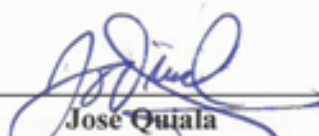
EMPRESA NACIONAL DE FERRO DE ANGOLA - EMPRESA PÚBLICA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Kwanzas - Kz)

	Notas	2018	2017
Vendas		-	-
Outros proveitos operacionais	24	685 668 544	148 661 522
		685 668 544	148 661 522
 Custos com o pessoal	28	- 304 894 270	- 176 674 660
Amortizações	4,4	- 44 912 397	- 255 774 901
Outros custos e perdas operacionais	30	- 125 332 559	- 58 835 493
Resultados operacionais		210 529 318	- 342 623 532
 Resultados financeiros	31	12 059 907	399 934 194
Resultados não operacionais	33	- 460 683 158	96 540 277
Resultados antes de impostos		- 238 093 933	153 850 939
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultados líquidos das activid. correntes		- 238 093 933	153 850 939
 Resultados Extraordinários	34	-	-
Imposto sobre o rendimento	35	-	-
Resultado líquido do exercício	35	- 238 093 933	153 850 939

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por natureza para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017


 Adriano Macai
 Técnico de Contas n.º 20150268


 José Quiala
 Director de Contabilidade e Finanças

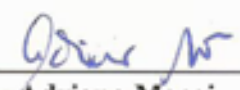

 João Diniz dos Santos
 Presidente do Conselho de Administração

EMPRESA NACIONAL DE FERRO DE ANGOLA - EMPRESA PÚBLICA
BALANÇO (AI) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

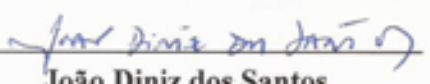
(Montantes expressos em Kwanzas - Kz)

	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Imobilizações corpóreas	4	570 155 713	1 374 143 382
Imobilizações incorpóreas	5	8 913 892	5 348 335
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	2 001 345 415	1 990 000
Outros activos financeiros	7	-	22 768 700
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		2 580 415 020	1 404 250 417
Activo corrente	23		
Contas a receber	9	324 404 875	1 901 677 223
Disponibilidades	10	177 425 873	69 098 476
Dotações para Investimentos		-	-
Outros activos correntes	11	5 394 947	528 957 079
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		507 225 696	2 499 732 778
TOTAL DO ACTIVO		3 087 640 716	3 903 983 195
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	48 600 000	48 600 000
Resultados transitados	14	2 946 298 585	521 695 636
Resultado líquido do exercício	-	238 093 933	153 850 939
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2 756 804 652	724 146 574
Passivo não corrente			
Empréstimos de médio e longo prazo	15	-	-
Empréstimos de médio e longo prazo	15	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	18	67 218 744	893 112 428
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		67 218 744	893 112 429
Passivo corrente			
Contas a pagar	19	168 340 436	2 214 757 896
Empréstimo de curto prazo	20	-	-
Outros passivos correntes	21	95 276 885	71 966 297
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		263 617 320	2 286 724 193
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		3 087 640 716	3 903 983 196

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017


Adriano Macai
Técnico de Contas n.º 20150268


José Quiala
Director de Contabilidade e Finanças


João Diniz dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

EMPRESA NACIONAL DE FERRO DE ANGOLA - EMPRESA PÚBLICA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (Método indirecto) PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Kwanzas - Kz)

	Notas	2018	2017
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício	35 -	238 093 933	153 850 939
Ajustamentos			
Amortizações e Ajustamentos	4,4	44 912 397	57 730 459
Provisões	33	76 544 830	28 640 893
Provisões para investimentos financeiros	31		
Ganhos na alienação de imobilizações	33	49 272 771	31 715 111
Resultdos financeiros	33	32 406 177	399 934 194
Subsídios a exploração	24	184 437 734	-
Subsídios ao Investimento	24	-	-
Registo em transitados e anulação dos subsídios ao investimento			
Resultados operacionais antes das alterações do capital circulante		149 479 975	554 410 322
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	9,1	1 110 889 965	869 966 239
(Aumento)/Diminuição das dívidas a terceiros	19,1 -	92 054 616	-
(Aumento)/Diminuição dos encargos a repartir por períodos futuros	11	-	-
(Aumento)/Diminuição dos proveitos a repartir por períodos futuros	21	328 639 194	481 468 168
(Aumento)/Diminuição dos proveitos a facturar	11	-	-
Aumento/(Diminuição dos encargos a pagar	21	12 230 232	36 457 115
Fluxos das actividades operacionais (1)		1 509 184 750	1 870 705 099
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas	33	-	31 715 111
Outros activos financeiros	31	-	-
Subsídios ao Investimento	19,1	2 102 995 153	2 173 932 743
Juros e proveitos similares	31	27 211 440	391 067 708
		2 130 206 593	2 596 715 562
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	6,1	-	-
Imobilizações corpóreas	4,3	2 450 987	337
Imobilizações incorpóreas	5,2	-	-
Contas a receber (pagamentos por conta de partes relacionadas)	9,1	-	1 859 077 291
		2 450 987	1 859 413 886
Fluxos das actividades de Investimento (2)		2 132 657 580	4 456 129 448
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	20	-	-
Subsídios e doações	24	184 437 734	117 461 273
		184 437 734	117 461 273
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	-
Juros e custos similares		-	-
Fluxos das actividades de Financiamento (3)		184 437 734	117 461 273
Variacão de Caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		3 826 280 064	6 444 295 820
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10	69 098 476	185 446 551
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10	177 425 873	69 098 476

O Anexo faz parte integrante da demonstração de origem e aplicação de fundos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017


 Adriano Macai
 Técnico de Contas n.º 20150268


 José Quiala
 Director de Contabilidade e Finanças


 João Diniz dos Santos
 Presidente do Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. OBJECTO SOCIAL E CONSTITUIÇÃO

A FERRANGOL, E.P. – Empresa Nacional de Ferro de Angola (adiante designada igualmente por “Ferrangol E.P.” ou “Empresa”) foi constituída a 4 de Maio de 1981, pelo Decreto Nº 44/81 do Conselho de Ministros, como Unidade Económica Estatal e em 16 de Novembro de 2005, através do Decreto Nº 102/05, publicado no Diário da República I Série número 137, é transformada em Empresa Pública e o seu objecto social altera-se para prospecção, pesquisa, exploração, tratamento e comercialização de recursos minerais de ferro e de manganês, bem como outros materiais que constituam matéria-prima para a produção de ferro, manganês e aço. Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 228/15, de 29 de Dezembro, publicado no Diário da República I Série número 176, o seu objecto social é alargado, ficando assim definido: exercício de direitos mineiros de reconhecimento, prospecção, pesquisa, avaliação, exploração, transformação e comercialização sobre os metais nobres, metais ferrosos, metais não ferrosos, outros minerais que constituem matéria-prima para a produção de aço, metais raros e elementos de terras raras, bem como exercer a função de Concessionária Nacional para o Ouro. A sua sede encontra-se localizada no Bairro de Talatona, Rua C, Sector B, Quarteirão 06, nº 72.

2. POLITICAS CONTABILISTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade, aprovado pelo Decreto n.º 82/01 de 16 de Novembro, aplicável às sociedades comerciais e empresas públicas que exerçam actividades em Angola ou em outros países e tenham a sua respectiva sede em Angola.

Estas respeitam as características de relevância e fiabilidade, tendo sido preparadas na base da continuidade e do acréscimo e obedeceram aos princípios contabilísticos de consistência, comparabilidade, não compensação de saldos e materialidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Kwanzas (AOA) a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as exigências do Plano Geral de Contabilidade.

As Notas constantes nas Demonstrações Financeiras foram numeradas de acordo com o plano oficial. No caso da sua não aplicabilidade as mesmas foram omitidas, dado a sua apresentação não ser relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras.

Não existem derrogações às disposições constantes do Plano Geral de Contabilidade em vigor em Angola.

2.2. BASES DE VALORIMETRIA ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2018 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, sobre os valores de reavaliação e de aquisição, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Anos</u>	
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 - 15
Equipamento de carga e transporte	3 - 4
Equipamento administrativo	4 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, sobre os valores de aquisição, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Anos</u>	
Despesas de investigação e desenvolvimento	3

c) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Kwanzas, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2018. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Dólares Norte-Americanos ("USD")	308,60	166,42
Euro ("EUR")	353,01	198,77
Rand África Sul ("ZAR")	-	13,41
Coroa Sueca ("SEK")	-	20,20
Libra esterlina ("GBP")	-	223,87

d) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, ou ao valor estimado de realização, dos dois o mais baixo. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros correspondem a imóveis que se encontram registados ao custo de aquisição, sendo o objectivo da detenção dos mesmos a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, sobre o valor de aquisição dos edifícios, durante um período de cinquenta anos.

Os custos incorridos relacionados com outros activos financeiros em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um custo no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizados na rubrica de “Outros activos financeiros”.

f) Contas a receber e outros activos correntes

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e divulgadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica “Clientes de cobrança duvidosa”, por forma a reflectir o seu valor realizável líquido. No final de cada exercício de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. As provisões são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

g) Disponibilidades

A rubrica “Disponibilidades” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Sendo o seu vencimento inferior a doze meses o seu reconhecimento ocorre no activo corrente.

h) Provisões para outros riscos e encargos

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos em que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para

liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

i) Contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas são valorizadas ao custo histórico das transacções. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

j) Especialização de exercícios

Excepto nas transacções relativas à venda de equipamentos mineiros anteriormente detidos pela AEMR, a Empresa regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas rubricas de outros activos e passivos correntes (Notas 11 e 21).

k) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos no passivo no momento em que são efectivamente recebidos. Sempre que as condições especificadas na sua atribuição o permitam, o rédito proveniente de subsídios é reconhecido durante os períodos necessários para os balancear com os custos relacionados que visam compensar, numa base sistemática, na demonstração de resultados do exercício.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, faltas autorizadas e remuneradas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como custo no exercício temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao exercício, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o exercício seguinte, pelo que os custos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como custos no exercício em que ocorreram.

m) Regime fiscal

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos, contribuições e taxas numa base recorrente:

- i) Segurança social: esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo 3% da responsabilidade do empregado;
- ii) Imposto sobre os rendimentos do trabalho (IRT): este imposto é retido pela Empresa e deduzido nos ordenados dos empregados, sendo calculado com base nas remunerações destes. Ao abrigo da Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro, foram definidos treze escalões crescentes variáveis sendo a taxa máxima de 17%;
- iii) Imposto do selo: este imposto é liquidado mensalmente correspondendo a 1% da facturação recebida das vendas e prestações de serviços;
- iv) Imposto predial e urbano: A Lei n.º 18/11, de 21 de Abril (que vem substituir o anterior Código do Imposto Predial) estabelece que o pagamento de imposto predial urbano sobre rendimentos de imóveis após 31 de Maio de 2011, opera por retenção na fonte à taxa de 15%, caso o senhorio não esteja isento. Adicionalmente, os rendimentos com a actividade de arrendamento deixam de ser tributados em sede de imposto industrial, estando agora abrangidos por esta lei, sendo o imposto calculado com base no proveito com rendas contabilizado e utilizando-se uma taxa de 15%;
- v) Imposto industrial: A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial (Grupo A). O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico corrigido para efeitos fiscais) utilizando uma taxa nominal de 30%. O imposto apurado refere-se em exclusivo ao imposto corrente não sendo calculados nem registados quaisquer impostos diferidos quer activos quer passivos, por não ser uma política contabilística geralmente aceite em Angola. Adicionalmente, a Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, estabelece o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede de Imposto Industrial, relativamente às vendas (2% das vendas do primeiro semestre) e às prestações de serviços (à taxa de 6,5%), operando por retenção na fonte; e
- vi) Imposto sobre a aplicação de capitais: o artigo n.º 9 do Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, determina a tributação de 10% dos lucros, seja qual for a sua natureza, espécie ou designação, atribuídos aos sócios das sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, bem como o repatriamento dos lucros imputáveis a estabelecimentos estáveis de não residentes em Angola.

De acordo com a legislação em vigor na República de Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2014 até 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

Contudo, foi publicado, no Diário da República do dia 22 de Outubro, a Lei n.º 20/14, que aprova um regime excepcional de regularização de dívidas fiscais. Os contribuintes com dívidas de Imposto Industrial, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Imposto do Selo, Imposto sobre Aplicação de Capitais, e Imposto Predial Urbano, cujos factos tributários se tenham verificado em períodos de tributação até 31 de Dezembro de 2012 gozam de perdão dos impostos devidos e dos respectivos acréscimos legais, designadamente, juros, multas e custas processuais. Não obstante, sempre que o beneficiário do regime descrito no parágrafo anterior seja credor do Estado, incluindo por dívidas extrafiscais devidamente reconhecidas pela Unidade de Gestão da Dívida Pública, o perdão opera através de compensação. Por último, não são enquadráveis no presente regime as decisões judiciais proferidas em matéria tributária, que, à data de entrada em vigor da Lei (23 de Outubro de 2014) já tenham transitado em julgado.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro 2018.

4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

4.1.COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018, a composição da rubrica de “Imobilizações corpóreas” era conforme segue:

<u>Rubricas</u>	<u>Valores brutos</u>	<u>A. Acumuladas</u>	<u>Valores líquidos</u>
Terrenos e recursos naturais	103.637.777	5.157.935	98.479.842
Edifícios e outras construções	1.502.442.469	1.167.459.123	334.983.346
Equipamento básico	187.967.450	187.147.022	820.428
Equipamento de carga e transporte	259.207.340	148.115.362	111.091.978
Equipamento administrativo	101.791.130	78.189.302	23.601.828
Outras imobilizações	5.310.329	4.132.038	1.178.291
imobilizações em curso	-	-	-
TOTAIS	2.160.356.496	1.590.200.783	570.155.713

Em 31 de Dezembro de 2018, as rubricas de “Terrenos” e “Edifícios e Outras Construções” incluem essencialmente os encargos incorridos com aquisição do terreno e empreitada de construção da sede social da Empresa no montante de 363.473.499 Kwanzas, cujo processo de formalização de transmissão de titularidade, que permitirá o futuro averbamento a favor da Empresa, está ainda em curso.

Adicionalmente, referir que relativamente aos activos imobilizados localizados no complexo habitacional da Jamba Mineira, os quais, antes de amortizações extraordinárias, ascendem a 774.467.186 Kwanzas, o Conselho de Administração da Empresa reconheceu, em exercícios anteriores, uma provisão para fazer face aos riscos de recuperabilidade dos referidos activos, na medida em que a Empresa não detém o controlo e/ou não gera benefícios económicos com os mesmos. Importa ainda referir que, a 31 de Dezembro de 2017, as amortizações extraordinárias se encontram apresentadas no passivo não corrente, tendo a Empresa procedido à sua reclassificação no decurso do ano de 2018 (ver nota 4.4).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

4.3 MOVIMENTOS, OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR BRUTO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações corpóreas foi conforme segue:

Rubricas	Saldos Iniciais	Aumentos/Diminuições	Transferências	Reversões	Saldos finais
Terrenos e recursos naturais	253.487.777	-	- 149.850.000	-	103.637.777
Edifícios e outras construções	1.479.673.769	-	-	22.768.700	1.502.442.469
Equipamento básico	187.967.450	-	-	-	187.967.450
Equipamento de c. e transporte	130.544.362	128.662.978	-	-	259.207.340
Equipamento administrativo	91.237.019	10.554.111	-	-	101.791.130
Outras imobilizações	5.310.329	-	-	-	5.310.329
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-
TOTAIS	2.148.220.706	139.217.089	- 149.850.000	22.768.700	2.160.356.495

No ano de 2018, ao abrigo do disposto no contrato de suprimentos celebrado entre a Ferrangol - E.P. e a Geoangol, S.A, a Empresa procedeu à transferência do valor de terrenos e elaboração de projectos no montante de 149.850.000 AKZ, o qual foi incorporado no valor de suprimentos concedidos (ver nota 9).

Adicionalmente, foi reclassificado o montante de 22.768.700 AKZ correspondente aos custos incorridos no processo de legalização do móvel sito na Rua João de Barros, o qual, a 31 de Dezembro de 2017, estava incluído na rubrica de outros activos financeiros (activo não corrente).

4.4 MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Rubricas	Saldos iniciais	Reforços	Saldos finais
Terrenos e recursos naturais	3.400.095	1.757.840	5.157.935
Edifícios e outras construções	368.028.146	799.430.977	1.167.459.123
Equipamento básico	178.876.608	8.270.414	187.147.022
Equipamento de carga e transporte	148.060.612	54.750	148.115.362
Equipamento administrativo	72.051.797	6.137.505	78.189.302
Outras imobilizações	3.660.066	471.972	4.132.038
Imobilizações em curso	-	-	-
TOTAIS	774.077.325	816.123.458	1.590.200.783

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS**5.1. COMPOSIÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2018, a composição da rubrica de “Imobilizações incorpóreas” era conforme segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

<u>Rubricas</u>	<u>Valores Brutos</u>	<u>Amortizações Acumuladas</u>	<u>Valor Líquido</u>
Desp. Desenvolvimento	18.363.660	18.363.660	-
Direito de superfície	8.913.892	-	8.913.892
TOTAIS	27.277.552	18.363.660	8.913.892

5.2. MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR BRUTO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreram quaisquer movimentos no valor bruto das imobilizações incorpóreas.

<u>Rubricas</u>	<u>Saldos Iniciais</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Saldos finais</u>
Despesas de			
Desenvolvimento	18.363.660	-	18.363.660
Direito de superfície	5.348.335	3.565.557	8.913.892
TOTAIS	23.711.995	3.565.557	27.277.552

5.3. MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreram quaisquer movimentos nas amortizações acumuladas das imobilizações incorpóreas.

<u>Rubricas</u>	<u>Saldos Iniciais</u>	<u>Reforços</u>	<u>Saldos finais</u>
Desp. Desenvolvimento	18.363.660	-	18.363.660
Direito de Superfície	-	-	-
TOTAIS	18.363.660	-	18.363.660

6. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

6.1. COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas apresentava a seguinte composição:

<u>Investimentos em Subsidiárias e Associadas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsidiárias - Partes de capital (Valor Bruto)	1.990.000	1.900.000
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	1.192.577.680	-
Empréstimo	806.777.735	-
Provisão	-	-
Valor Líquido	2.001.345.415	1.900.000
Associadas - Partes de capital (valor bruto)	3.888.499.130	3.888.589.130
Provisão	- 3.888.499.130	- 3.888.499.130
Valor Líquido	-	90.000
TOTAIS	2.001.345.415	1.990.000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, foram feitas reclassificações da rubrica de Contas a Receber na ordem de 1.192.577.680 AKZ, para Investimentos em Subsidiárias e Associadas para a Geoangol, S.A. e para Empréstimos Concedidos à Lafech – Mining Resource, Lda, de forma indirecta, através da Ferrangol, P&P no valor de 806.777.735 AKZ conforme os quadros que se seguem:

Subsidiárias	Contas das Subsidiárias		% de Participação	% de Votos detidos	Valores Detidos	Quantia Bruta registada
	Capital Próprio	Resultado do Período				
Ferrangol, P&P	1.900.000	-	99%	99%	1.881.000,00	1.900.000
Sociedade Anónima	-	-	-	-	-	-
Talatona Luanda	-	-	-	-	-	-
	1.900.000,00	-	99%	99%	1.881.000,00	1.900.000,00

Associadas	Contas das Associadas		% de Participação	% de Votos detidos	Valores Detidos	Quantia Bruta registada
	Capital Próprio	Resultado do Período				
Geoangol	-	-	40%	40%	-	800.000,00
Sociedade Anónima	-	-	0%	0%	-	-
PIV - Luanda	-	-	0%	0%	-	-
	-	-	40%	40%	-	800.000,00

6.2. MOVIMENTOS OCORRIDOS, NO EXERCÍCIO, NAS PROVISÕES ACUMULADAS

No exercício findo em 31 de Dezembro 2018, não foram registados quaisquer movimentos nas provisões acumuladas dos investimentos em subsidiárias e participadas:

Rúbricas	Saldos Iniciais	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Subsidiárias	-	-	-	-
Partes de Capital	-	-	-	-
Obrigações e Outros títulos de participação	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-
Associadas	-3 888 499 130	-	-	-3 888 499 130
Partes de Capital	-	-	-	-
Obrigações e Outros títulos de participação	-3 888 499 130	-	-	-3 888 499 130
Empréstimos	-	-	-	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-
	-3 888 499 130	-	-	-3 888 499 130

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS**7.1 COMPOSIÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo de outros activos financeiros apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
Investimentos em imóveis (Rua João de Barros)	-	22.768.700
Saldo final	-	22.768.700

Em 2018, a Empresa procedeu à reclassificação do montante de 22.768.700 AKZ, corresponde a uma fracção detida no 1º andar de um prédio situado na Rua João de Barros, que servia de sede social da Empresa em anos anteriores, para a rubrica de imobilizações corpóreas.

7.2 MOVIMENTOS, OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO, NOS INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, registou-se uma transferência do valor bruto dos investimentos em imóveis para “Edifícios e outras construções”:

Rubricas	Saldo Inicial	Transferências (nota 4)	Saldo Final
Investimentos em imóveis (Rua João de Barros)	22.768.700	-	22.768.700
Saldo final	22.768.700	-	22.768.700

7.3 MOVIMENTOS, OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO, NAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES ACUMULADAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Rubricas	2018	2017
Saldo inicial (Investimentos em imóveis)	-	2.455.424
Transferências	-	-
Saldo final	-	2.455.424

9. CONTAS A RECEBER**9.1 COMPOSIÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2018, as contas a receber apresentavam a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

Rubricas	Correntes	Não Correntes		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais 5 anos	
Cientes - Correntes	135.960.992	-	-	135.960.992
Cientes - Títulos a Receber	-	-	-	-
Cientes de Cobrança Duvidosa	-	-	-	-
Fornecedores - Saldos Devedores	-	-	-	-
Estado	5.058.217	-	-	5.058.217
Participantes e Participadas:	258.274.554	-	-	258.274.554
Lafech Mining Resources, Lda.	2.879.217	-	-	2.879.217
Geoangol, S.A.	242.348.425	-	-	242.348.425
Somepa, Lda.	10.315.162	-	-	10.315.162
Projecto Kassinga	2.731.750	-	-	2.731.750
Pessoal	139.458	-	-	139.458
Devedores - Venda de Imobilizado	-	-	-	-
Outros Devedores	1.516.485	-	-	1.516.485
Subtotal: Contas a Receber	400.949.706	-	-	400.949.706
Provisão p/ C. de Cobrança Duvidosa	- 76.544.830	-	-	- 76.544.830
TOTAL	324.404.876	-	-	324.404.876

9.2 MOVIMENTOS DAS PROVISÕES / CONTAS A RECEBER

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Cientes Correntes	-	-	-	-
Cientes - Títulos a Receber	-	-	-	-
Cientes de Cobrança Duvidosa	- - 76.544.830	-	-	- 76.544.830
Fornecedores - Saldos Devedores	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-
Participantes e Participadas	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Devedores - Venda de Imobilizado	-	-	-	-
Outros Devedores	-	-	-	-
TOTAL	-	- 76.544.830	-	- 76.544.830

Note-se que foi efectuada uma reclassificação para Clientes de Cobrança Duvidosa no valor de Setenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e trinta AKZ.

10. DISPONIBILIDADES10.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

<u>Caixa e seus equivalentes</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	512.362	-
Depósitos Bancários	176.913.511	69.098.476
TOTAIS	177.425.873	69.098.476

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

Em 31 de Dezembro de 2018, os depósitos à ordem em detalhavam-se como segue:

Descrição	AKZ	USD	EUR	ZAR	SEK	Saldo Final
BCI	18.224.203	-	-	-	-	18.224.203
BPC	9.097	-	-	-	-	9.097
BFA	7.784	1.944.983	373.402	-	-	2.326.169
BIC	45.993.671	46.566	-	-	-	46.040.237
BIC/AKZ/MGM	-	-	-	-	-	-
BCGTA	5.956.743	130.757	-	-	-	6.087.500
BCGTA/cativ.	-	-	-	-	-	-
BCGTA/chi	-	-	-	-	-	-
BCGTA/GBP	-	-	-	-	-	-
BAI	770.601	-	159.635	-	-	930.236
banco Keve	-	-	20.000	-	-	20.000
BCGTA/EP, FS MGM	103.276.068	-	-	-	-	103.276.068
TOTAIS	174.238.168	2.122.306	553.036	-	-	176.913.510

Note-se que, no saldo de 176.913.510 AKZ, existem 103.276.068 AKZ cuja utilização se encontra adstrita à liquidação de obrigações com o ex-Ministério de Geologia e Minas, com o qual, conforme divulgado na nota 40, a Empresa tem um passivo no valor de 122.828.622 AKZ.

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2018	2017
<u>Proveitos a facturar:</u>		
Aluguer de equipamento (Nota 40)	-	-
Subsídios a exploração	-	117.461.273
Juros de empréstimos (Nota 40)	-	411.495.806
Total	-	528.957.079
<u>E, a repartir p/ períodos futuros:</u>		
Seguros ENSA - Ramo Viaturas	131.260	-
Seguros Proteja - Ramo Saúde	5.263.687	-
Outros	-	-
Total	5.394.947	528.957.079

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica “Proveitos a facturar – Juros de empréstimos” inclui os juros a receber da participada “SOMEPA – Sociedade de Metais Preciosos de Angola, Lda.”, no montante de AKZ 27 634 317, relativos a um contrato de suprimento que estabelece uma remuneração para a Empresa. Os Contratos de Suprimentos definem que os pagamentos destes juros terão lugar no mesmo momento do reembolso do correspondente suprimento.

12. CAPITAL

12.1. COMPOSIÇÃO E MOVIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2018, o capital social da Empresa, subscrito e registado, é detido integralmente pelo Estado de Angola, ascendendo o mesmo a 48.600.000 AKZ (equivalentes a 600.000 USD).

O Decreto Presidencial n.º 228/15, de 29 de Dezembro, o qual aprova o novo Estatuto Orgânico da Empresa Nacional de Ferro de Angola, sendo que o n.º 1 do Artigo 7º estabelece que: *“O capital estatutário da FERRANGOL-E.P. é de AKZ: 81 183 000 (Oitenta e um milhões e cento e oitenta e três mil Kwanzas), podendo ser aumentado quando necessário, através de entradas patrimoniais ou por meio de incorporação de fundos próprios de reservas, no montante que for proposto pelo seu Conselho de Administração e aprovado pelo Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público e pelo Ministro responsável pelo Sector de Actividade.”*

O Conselho de Administração da Empresa, em face do facto do Decreto Presidencial n.º 228/15, de 29 de Dezembro, não estabelecer a modalidade do aumento de capital social, optou por manter no balanço o montante do capital social registado e realizado à data de 31 de Dezembro de 2018, o qual, se encontra em conformidade com o disposto no Decreto 102/05, de 16 de Novembro.

Assim, o Conselho de Administração da Ferrangol tomará as necessárias diligências tendo em vista o cumprimento do disposto na Lei das Sociedades Comerciais relativamente aos aumentos de capital.

14. RESULTADOS TRANSITADOS

14.1 COMPOSIÇÃO E MOVIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica de resultados transitados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foi conforme segue:

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transf.</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	521.695.636	-	-	521.695.636
Movimento no Período	-	-	-	-
Transf. resultados ex. anterior	-	153.850.939	-	153.850.939
Correc. e. fundamentais	-	2.270.752.010	-	2.270.752.010
TOTAL	521.695.636	2.424.602.949	-	2.946.298.585

Durante o exercício de 2018 foram efectuadas correcções de erros fundamentais no valor total de **2.946.298.585 AKZ**, as quais incluem:

- **167.756.857 AKZ** resultantes de um conjunto diverso de ajustamentos no balanço da Empresa, cuja origem dos saldos advém de anos anteriores;
- **2.102.995.153 AKZ** resultantes da regularização do passivo corrente registado em anos anteriores relacionado com subsídios ao investimento, os quais, segundo o Conselho de Administração não são exigíveis / reembolsáveis.

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS**18.1 COMPOSIÇÃO**

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões no decurso do exercício findo em 30 de Setembro de 2018 foi o seguinte:

Rubricas	S. Inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	S. Final
Pr. p/ risc. enc. Operac.	67.218.744	-	-	-	67.218.744
Pr. p/ comp. p/ reforma	22.344.492	-	22.344.492	-	-
Provisões:	-	-	-	-	-
p/Imobilizado	796.781.932	-	26.928.279	769.853.653	-
p/Escavadoras	6.767.260	-	6.767.260	-	-
TOTAIS	893.112.428	-	56.040.031	769.853.653	67.218.744

Os movimentos ocorridos no exercício reportam-se essencialmente a:

- Reclassificação da provisão para os activos imobilizados afectos ao complexo habitacional da Jamba (774.649.101AKZ), a qual figura actualmente como uma dedução aos valores de aquisição.
- Reversão da provisão para compensações de reforma, na medida em que a obrigação legal se extinguiu em anos anteriores.

19. CONTAS A PAGAR**19.1 COMPOSIÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	Correntes	Não Correntes		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais 5 anos	
Fornecedores, Conta Corrente	7.345.479	-	-	7.345.478
Fornecedores - Títulos a Pagar	-	-	-	-
Clientes Saldos Credores	-	-	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Estado	8.911.476	-	-	8.911.476
Participantes e Participadas:	-	-	-	-
Lafech Mining Resources, Lda.	-	-	-	-
Geoangol, S.A.	-	-	-	-
Complexo Mineiro da Jamba	-	-	-	-
Pessoal	1.421.751	-	-	1.421.751
Credores - Compras de Imobilizado	-	-	-	-
Outros Credores	150.661.731	-	-	150.661.731
TOTAL	168.340.436	-	-	168.340.436

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

(1) Detalhe - Estado

Rúbricas	2018	2017
Impostos sobre Lucros		
Adiantamentos	-	-
Retenções na fonte	-	-
Encargo do ano	-	-
Impostos de Consumo	2.039.207	-
Imposto sobre Rendimentos de Trabalho	4.807.913	448.878
Imposto de Circulação	1.704.303	-
Outros Impostos	360.053	-
TOTAL	8.911.476	448.878

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubrica	2018	2017
<u>Encargos a pagar:</u>		
Remunerações a liquidar	21.438.441	21.438.441
Honorários profissionais	13.887.316	1.050.000
Rendas e alugueres	197.000	42.000
Depósitos origem desconhecida	5.635.676	5.635.676
Equipamentos CMJ/AEMR	37.570.500	37.570.500
Estado/Impostos	2.064.941	2.064.941
Outros Acréscimos de Custos	11.080.356	762.084
TOTAIS	91.874.230	68.563.642
<u>Proveitos a repartir p/periodos futuros</u>		
Rendas de Imóveis	3.402.655	3.402.655
TOTAIS	95.276.885	71.966.297

Em 31 de Dezembro 2018, a rubrica de “Encargos a pagar - Remunerações a liquidar” no montante de 21.438.441 AKZ, corresponde às responsabilidades por direitos de férias e subsídios de férias a pagar em 2019, os quais foram gerados no exercício anterior.

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de “Proveitos a repartir por períodos futuros” inclui os recebimentos antecipados dos alugueres de 2019 relativos a imóveis.

24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica detalhava-se como segue:

Rubrica	2018	2017
Subsídios ao Investimento	-	-
Subsídios de exploração	184.437.734	117.461.273
Venda Equipamentos Mineiros	439.027.956	-
Arrendamento de escritórios	15.300.000	10.600.000
Arrendamento de residências	5.965.254	2.641.770
Recebimentos do refeitório	-	49.000
Aluguer de Equipamento	23.450.000	-
Outros Proveitos operacionais	17.487.600	17.909.478
TOTAIS	685.668.544	148.661.522

A rubrica “Subsídios à exploração” corresponde à subsídio atribuída à Empresa pelo ISEP para cobertura das suas despesas operacionais.

As receitas associadas à venda de equipamentos mineiros, anteriormente detidos pela AEMR, encontram-se a ser reconhecidas numa base de caixa, em virtude de a Empresa não dispor da inventariação e mensuração dos mesmos.

28. CUSTOS COM O PESSOAL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica detalhava-se como segue:

Rubrica	2018	2017
Remunerações	271.995.466	9.607.316
Encargos s/remunerações	15.413.895	138.761.520
Outras Despesas com pessoal	17.484.908	28.305.824
TOTAIS	304.894.270	176.674.660
Nº médio de Colaboradores:	86	96

A rubrica “Outras despesas com o pessoal” inclui, essencialmente: (i) custos com subsídios de chefia e outras despesas relativas ao período em análise.

29. AMORTIZAÇÕES DOS EXERCÍCIO

Rúbrica	2018	2017
Imobilizações Corpóreas	44.912.397	57.730.459
Terrenos e recursos naturais	1.757.840	1.700.047
Edifícios e outras construções	29.577.324	29.577.324
Equipamento básico	6.913.006	17.038.081
Equipamento de carga e transporte	54.750	86.750
Equipamento administrativo	6.137.505	8.721.568
Outras imobilizações	471.972	606.688
Imobilizações Incorpóreas	-	-
Desp. Desenvolvimento	-	-
Direito de Superfície	-	-
TOTAL	44.912.397	57.730.459

30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubrica	2018	2017
Fornecimento e serviços de terceiros	121.918.450	57.720.993
Impostos	3.414.109	1.114.500
TOTAIS	125.332.559	58.835.493

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de “Fornecimentos e serviços de terceiros” detalhava-se como segue:

Fornecimento a serviços de terceiros	2018	2017
Deslocações e Estadias	38.338.684	13.559.875
Assistência Técnica	26.908.826	-
Seguros	2.018.979	3.724.736
Materiais de conservação e reparação	-	23.410
Conservação e Reparação	7.160.460	6.117.250
Honorários e Avenças	-	9.436.053
Comissões a intermediários	-	17.063
Comunicação	2.343.096	2.128.061
Combustíveis e outros fluidos	2.082.550	3.087.120
Material de Escritório	6.395.660	1.196.919
Trabalhos executados no exterior	-	-
Eletricidade	1.600.414	1.645.472
Água	611.760	584.865
Rendas e Alugueres	-	-
Outros Fornecimentos/Serviços	34.458.021	16.200.169
TOTAIS	121.918.450	57.720.993

31. RESULTADOS FINANCEIROS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, os resultados financeiros foram determinados conforme segue:

Descrição	2018	2017
<u>Proveitos e Ganhos Financeiros:</u>		
Rendimento de imóveis (Nota 7)	-	-
Diferenças de câmbios favoráveis	5.194.736	12.439.621
Juros	27.211.440	391.067.708
TOTAIS	32.406.177	403.507.330
<u>Custos e perdas financeiras</u>		
Provisão para investimentos em associadas (Nota 6)	-	-
Amortização exercício de imóveis arrendados (nota7)	-	-
Serviços Bancários	-	3.318.565
Diferenças de câmbio desfavoráveis	18.388.102	254.570
Juros (Nota 21)	1.958.168	-
Reversão de encargos bancários c/ o financiamento	-	-
TOTAIS	20.346.270	3.573.135
Resultados Financeiros	12.059.907	399.934.194

33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubrica	2018	2017
Proveitos e ganhos não operacionais		
Reposição de provisões – Outros riscos e encargos (Nota 18)	26.928.279	-
Reversão da provisão para imparidade (Nota 4.3)	-	67.218.744
Reversão da Prov. Para compensação p/Reforma	22.344.492	
Correcções referentes a exercícios anteriores	-	22.132.831
Ganhos em imobilizações	-	31.715.111
Outros proveitos e ganhos não operacionais	-	-
TOTAIS	49.272.771	121.066.686
 <u>Custos e perdas não operacionais</u>		
Reversão de proveitos a facturar (Nota 11)	-	-
Provisão para imobilizações corpóreas (Nota 4.3)	-	-
Correcções referentes a exercícios anteriores	- 433.411.099	- 5.015.505
Perdas em imobilizações	-	901.021
Provisões do exercício	-	28.640.893
Outros	- 76.544.830	-
TOTAIS	- 509.955.929	24.526.409
Resultados não operacionais	- 460.683.158	96.540.277

O montante relativo a “Correcções referentes a exercícios anteriores” reporta-se à reversão da estimativa de proveitos a facturar com juros às entidades Lafech e Geoangol, no âmbito da atribuição de um período de carência, conforme divulgado na Nota 38.

38. ACONTECIMENTOS DE RELEVO OCORRIDOS

Por deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada à 15 de Março de 2019, determinou-se o perdão da dívida da SOMEPA, Lda no valor de 35.617.877 AKZ e a cedência de um período de carência dos juros até 2021, conjugado com a redução da taxa de juro para 10%, relativamente aos empréstimos concedidos às entidades relacionadas LAFECH, Lda e GEOANGOL, S.A..

40. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2018, os saldos mantidos com essas entidades são os seguintes:

Entidade	2018				
	Saldos Activos			Saldos Passivos	
	Contas a Receber	Invest. / Sub. & Assoc.	Total dos Saldos	Contas a Pagar	Total dos Saldos
	(Nota 9)	(Nota 6)		(Nota 19)	
Lafech Mining Resources	2.979.217	806.777.735	809.656.952	-	-
SOMEPA, LDA	10.315.162	-	10.315.162	-	-
Geoangol	242.348.425	1.192.577.680	1.434.926.106	-	-
Ministério de G. e Minas	-	-	-	122.828.622	122.828.622
Bauxite - Angola, S.A.	1.202.897	-	1.202.897	-	-
Projecto Kassinga/Huila	2.731.750	-	2.731.750	-	-
TOTAIS	2.258.832.867	-	2.258.832.867	122.828.622	122.828.622

Entidade	2017				
	Saldos Activos			Saldos Passivos	
	Contas a Receber	Prov. a Facturar	Total dos Saldos	Contas a Pagar	Total dos Saldos
	(Nota 9)	(Nota 11)		(Nota 19)	
Lafech Mining Resources	796.922.557	-	796.922.557	-	-
SOMEPA, LDA	12.234.183	20.428.097	32.662.280	-	-
Geoangol	204.820.901	-	204.820.901	-	-
Ministério de G. e Minas	-	-	-	117.226	117.226
Bauxite - Angola, S.A.	626.650	-	626.650	-	-
Projecto Kassinga/Huila	1.751.750	-	1.751.750	-	-
TOTAIS	1.016.356.041	20.428.097	1.036.784.138	117.226	117.226

NOTAS. À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**43. POLÍTICAS ADOPTADAS**

Na preparação da demonstração dos fluxos de caixa adoptou-se o método indirecto. Segundo este método os fluxos de caixa são relatados partindo do resultado líquido e evidenciando os ajustamentos necessários para excluir deste, os efeitos de:

- Operações de natureza que não seja caixa;
- Diferimentos ou acréscimos que não tenham um fluxo de caixa associado;
- Rubricas de réditos que estejam associados com actividades de investimento ou financiamento;
- Rubricas de custos ou perdas que estejam associados com actividades de investimento ou financiamento.


Adriano Macai
Técnico de Contas n.º 20150268


José Gualala
Director de Contab.e Finanças


João Diniz dos Santos
Presidente do C. de Administração

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da
FERRANGOL, E.P. - Empresa Nacional de Ferro de Angola

Introdução

1. Fomos contratados para auditar as demonstrações financeiras anexas de FERRANGOL, E.P. - Empresa Nacional de Ferro de Angola, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.087.641 milhares de Kwanzas e um total de Capital próprio de 2.756.805 milhares de Kwanzas, incluindo um Resultado líquido negativo de 238.094 milhares de Kwanzas), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras conduzindo a nossa auditoria de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Devido aos assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6 das "Bases para a escusa de opinião", não fomos capazes de obter prova de auditoria suficiente e apropriada para proporcionar uma base para uma opinião de auditoria.

Bases para a escusa de opinião

4. Conforme divulgado na Nota 40 das demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2018, as rubricas de "Investimentos em subsidiárias e associadas" e "Contas a receber - Participantes e Participadas" incluem saldos a receber de entidades relacionadas, originados em exercícios anteriores, nos montantes de 1.999.355 milhares de Kwanzas e 245.228 milhares de Kwanzas, respectivamente, para os quais não obtivemos, até à data, evidência de auditoria suficiente e apropriada que suporte a forma e tempestividade do valor de realização. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à razoabilidade dos referidos saldos.
5. A rubrica de "Resultados Transitados", em 31 de Dezembro de 2018, inclui ajustamentos contabilísticos que totalizam o montante de 167.757 milhares de Kwanzas, sobre os quais a informação disponível não se afigura suficiente para concluir em que medida aqueles ganhos se reportam a correcções de erros fundamentais ou a correcções que deveriam ter afectado o resultado líquido do exercício.



6. No âmbito do processo de liquidação da subsidiária AEMR, S.A., e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4º do Decreto Presidencial n.º 220/15, de 21 de Dezembro, foram transmitidos à Empresa um conjunto de activos, nomeadamente equipamentos mineiros, os quais, em virtude de não terem sido inventariados e mensurados, não se encontram reconhecidos no balanço. Não obstante, e conforme divulgado na nota 24 das demonstrações financeiras, a Empresa reconheceu no exercício proveitos operacionais relacionados com a venda dos referidos equipamentos mineiros no montante aproximado de 439.000 milhares de Kwanzas, sendo que não estamos em condições de concluir sobre a adequação do reconhecimento de rendimento relacionado com estas transacções, nem sobre outros potenciais efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Escusa de opinião

7. Devido à importância dos assuntos descritos nos parágrafos 4 a 6 das "Bases para escusa de opinião", não fomos capazes de obter prova de auditoria suficiente e apropriada para proporcionar uma base para uma opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Luanda, 30 de Abril de 2019

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



Daniel Guerreiro
(Perito Contabilista n.º 20130107)